

Na Europa, confiança quanto à prorrogação

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — A dificuldade que o governo brasileiro vem encontrando para controlar a inflação constitui o principal obstáculo junto aos meios financeiros europeus para uma renegociação a mais longo prazo de nossa dívida externa. Apesar disso, acredita-se que o Brasil não terá maiores dificuldades para obter uma simples prorrogação, pelo menos por mais 90 dias, das linhas de crédito interbancárias e comerciais, independentemente do resultado da missão do ministro Dílson Funaro, da Fazenda, junto ao FMI em Washington. Mesmo porque, se essas linhas de crédito não forem prorrogadas, o Brasil seria obrigado a sustar suas exportações, o que lhe impediria de continuar pa-

gando pontualmente o serviço da dívida, o que tem ocorrido até agora. Já o problema do reescalonamento das amortizações da dívida brasileira por mais dois anos, o que se pretende obter durante os próximos meses, alvo da conversa de Funaro com Jacques de Larosière, as dificuldades serão maiores.

As reivindicações brasileiras, que prevêm a redução das taxas de riscos e dispensa do pagamento de comissões, dificilmente serão aceitas pelos bancos, segundo acreditam banqueiros europeus, lembrando que o próprio governo brasileiro foi quem rejeitou um plano que previa um reescalonamento plurianual de sua dívida. Para isso, é verdade, o País teria de se submeter a um plano de austeridade mais radical, imposto pelo FMI. Somente dessa forma ob-

teria um sinal verde da instituição para uma negociação plurianual com os bancos comerciais.

Os indicadores da economia brasileira no ano passado foram satisfatórios, mas a alta taxa inflacionária continua constituindo o "calcanhar-de-aquiles" desse país que cresceu a uma taxa de 7,4% no ano passado e obteve um excelente resultado em matéria de comércio exterior (superávit de US\$ 12,45 bilhões), o que permitiu o pagamento em dia do serviço de sua dívida, revelou ontem um banqueiro francês.

De qualquer forma, uma renegociação efetiva está na dependência de um sinal verde do FMI, razão pela qual o ministro Dílson Funaro pretende convencer o diretor-geral, Jacques de Larosière, a aceitar o seu próprio programa econômico e não

adotar pura e simplesmente as medidas e o programa imposto pela instituição, além de aceitar implicitamente o monitoramento da economia brasileira. Mesmo se as negociações a mais longo prazo com os bancos forem relançadas pelo sinal verde do FMI, elas serão das mais difíceis e isso em razão da crença generalizada junto aos meios financeiros internacionais de que nada será duradouro sem um programa de controle efetivo da inflação. O exemplo francês é o citado, pois só após ter o governo socialista conseguido controlar a inflação, reduzindo a efetivamente de 14% para menos de 5% nos últimos quatro anos, é que se restabeleceu verdadeiramente a confiança, o que atestam os demais indicadores da economia francesa, em plena evolução favorável.